Acervo ISA

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : CB CLASS. : 1376

DATA : 16 01 90 PG. : 13

# Governo recua e dá só uma área a garimpo

## Religioso faz protesto contra progressistas

**Recife** — Sem cartazes nem faixas, mas entoando cânticos religiosos e aos gritos de "Conte com a gente", cerca de 300 pessoas — entre padres, freiras, leigos e políticos ligados à ala conservadora da Igreja — transformaram ontem o desembarque do arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho, em uma manifestação de protesto contra a ala progressista que, nos últimos meses, tem sustentado divergências públicas com o religioso.

Nos últimos 12 meses, quatro sacerdotes foram punidos, despertando o protesto de 62 outros, em cartas publicadas na imprensa local e do Sul. Ontem, o religioso voltou a condenar a iniciativa: "Foram usados métodos que eu não aprovo, como colocar todos os problemas na imprensa, tratando-se de assuntos que deveriam ser discutidos em caráter individual".

Sem querer aprofundar o assunto — não falou mais de dois minutos — grande parte deles para agradecer "à manifestação de carinho", dom José tranquilizou os seus seguidores: "Estamos vivendo em plena comunhão com o Papa e quero assegurar a toda a população da arquidiocese que a nossa atuação está pautada em comunhão afetiva e efetiva com o sucessor de Pedro".

MARCO ANTÔNIO

*Junqueira garante que qualquer mudança na liminar provocará recurso*

O Governo resolveu recuar na decisão de demarcar três áreas da Floresta Nacional, em Roraima, para assentar garimpeiros. Segundo o secretário executivo do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Ovídio Martins, somente 100 hectares de uma das regiões anteriormente propostas em negociações (a de Santa Rosa) devem constar no decreto, a ser assiando nos próximos dias pelo presidente José Sarney. Isto porque a ocupação dessa área não fere a liminar da Justiça, que interditou nove milhões de hectares de terras indígenas.

"Estamos tentando compor da melhor forma possível, sem descumprir as decisões da Justiça", explicou Ovídio Martins, interlocutor do Ministério da Justiça nas negociações de retirada dos garimpeiros da reserva Yanomami. De acordo com ele, hoje à tarde, representantes da Funai e do DNPM se reúnem para definir os pontos básicos dessa nova proposta. A seu ver, essa solução resolverá o impasse criado desde a semana passada, que tem atrapalhado a operação de expulsão dos garimpeiros. "Creio que assim chegaremos, finalmente, a um acordo".

A região de Santa Rosa (Uraricaa) tem, na verdade, 117 mil 880 hectares, mas grande parte da área não está incluída dentro das delimitações previstas na liminar. "Os 17 mil 880 hectares que ocupam a Floresta Nacional não serão tocados", garante Ovídio Martins. Ele acredita que, com esse novo dado, não haverá maiores problemas para demarcação planejada pelo Governo.

Segundo o secretário do CDDPH, em Santa Rosa existem hoje mais de 2 mil garimpeiros e duas pistas de pousos de aviões. A região fica ao Norte do Estado e a produção anual de ouro é de 100 quilos. O acesso da capital à área, via fluvial, é feito em cinco dias. Normalmente os garimpeiros usam aviões, que gastam 40 minutos até o local.

Ovídio Martins ressaltou que, a partir de hoje, a Polícia Federal agirá com mais rigor na região, evitando incidentes.

### BISPO

Em resposta ao telex do bispo Aldo Mogiano, da diocese de Roraima, o ministro da Justiça, Saulo Ramos, usou de muita ironia e firmeza para criticar as posições defendidas por Mogiano em defesa dos índios Yanomami. "Jamais me reuni com representantes de garimpeiros. Poderia fazê-lo, no interesse público, mas ainda não o fiz", negou. Quanto às posições do bispo sobre a ação da Polícia Federal na região, ele ressaltou: "Quanto à legitimidade jurídica das medidas planejadas, deixe-a comigo. Disto entendo eu".

Para o ministro, a retirada dos garimpeiros das reservas Yanomami é inadiável, pois a desassistência médica aos índios compromete a vida das tribos. "Esta calamidade vai parar e já", garantiu.

## Sarney cria cinco reservas

O presidente José Sarney assinou cinco decretos, ontem, homologando a demarcação de cinco reservas indígenas nos estados da Bahia, do Mato Grosso e de Goiás, com uma área total de 207 mil 433 hectares. As demarcações foram propostas pelos ministros do Interior, João Alves Filho; e da Agricultura, Íris Rezende Machado.

Duas reservas, com uma extensão de 202 mil e 192 hectares ficam no estado do Mato Grosso, e são denominadas Área Indígena Irantxe e Serra Morena. No estado de Goiás ficam duas áreas, com extensão de um mil e 743 hectares, denominadas colônias indígenas Carretão I e II. A última reserva, com 12 mil e 299 hectares, fica na Bahia, em Ribeira do Pombal, pertencentes aos índios Kiriri.

### REUNIÃO

A reunião entre representantes dos governos de Caracas e Braília, que deveria começar ontem na Venezuela, para tratar do problema do garimpo em suas fronteiras, foi adiada para amanhã.

A informação foi dada pela chancelaria da Venezuela, cujo governo, com dificuldades, vem tentando desalojar alguns milhares de garimpeiros brasileiros que entraram ilegalmente no território venezuelano.

## Colonos ocupam prefeitura de Belo Horizonte

**Belo Horizonte** — Centenas de sem-terra da região Norte de Belo Horizonte fizeram ontem uma manifestação no centro de Belo Horizonte e ocuparam literalmente as escadarias e saguão de entrada da prefeitura da capital mineira exigindo a solução do problema habitacional que atinge a cerca de 800 mil pessoas na Grande Belo Horizonte e que vem se agravando com a migração interna e também com a especulação imobiliária.

As famílias de sem-terra, na maioria mulheres e crianças, foram da Igreja de São José até a prefeitura em passeata no final da manhã e invadiram a prefeitura que já estava tumultuada com o encerramento do prazo, também ontem do pagamento das guias do IPTU — Imposto Predial Territorial Urbano com 40 por cento de desconto.

A confusão se formou e só com a chegada de um Pelotão de Choque da Polícia Militar a situação foi controlada. A PM conseguiu retirar as famílias dos sem-terra de dentro da prefeitura e foi negociada a posição que eles podiam ocupar. Foi feito um cordão de isolamento entre o saguão e a escadaria com os manifestantes ocupando quase totalmente as escadarias.

Os sem-casa garantem que vão ficar acampados na porta da prefeitura de Belo Horizonte até que sejam recebidos pelo prefeito Pimenta da Veiga e seja encontrada uma solução para eles. Como o prefeito Pimenta da Veiga está viajando — foi a Brasília tentar liberar verbas para obras em Belo Horizonte — e o vice-prefeito Eduardo Azeredo está licenciado, não havia quem recebesse o pessoal sem casa ou uma comissão deles. Ficou decidido pelos manifestantes que eles vão ficar na prefeitura até terem uma solução das autoridades.

## *Goiás leva a leilão máquinas recolhidas*

Da Sucursal

*Goiânia* — Todo material apreendido dos garimpeiros das bacias dos rios Vermelho, Peixe e Itapira, inclusive as máquinas, deverão ir a leilão público como forma de arrecadar dinheiro para ressarcimento e indenização dos prejuízos causados ao meio ambiente e como forma de efetuar o seu resgate e restauração.

A informação foi repassada pelo promotor Sullivan Silvestre de Oliveira, curador do Meio Ambiente da Comarca de Goiás, confirmando que até agora foram apreendidas apenas as máquinas daqueles que desobedeceram à ordem judicial e permaneceram trabalhando, mas que a maior parte dos 20 mil garimpeiros da área não reagiu até agora à ação da Justiça, coligada com a Polícia Militar.

"A retirada está ocorrendo sem problemas e nós esperamos que até o final do mês a decisão da Justiça da Comarca de Goiás esteja completamente cumprida", salientou o procurador Sullivan, acrescentando que a ação visa não somente promover a retirada, mas também a apreensão das máquinas e equipamentos daqueles que resolverem obstruir a ação da Justiça, sendo facultada ainda a prisão em flagrante delito por crime de desobediência.

Para o procurador, a ação tem o caráter de resolver imediatamente o problema.

## *Promotor fecha Bom Futuro*

*Do Correspondente*

**Porto Velho** — O promotor de Justiça Manoel dos Anjos, curador do Meio Ambiente do Ministério Público de Rondônia, fechará, ainda esta semana, o garimpo de cassiterita Bom Futuro, localizado na estrada C-75, município de Ariquemes, a 208 quilômetros desta capital, apoiado por uma tropa da Polícia Militar. Manoel dos Anjos está baseado num despacho do Tribunal de Justiça que derrubou a decisão do juiz da Comarca de Ariquemes, José Anastácio Ferreira, que havia reaberto o garimpo na semana passada.

Manoel dos Anjos afirmou que desta vez o fechamento do garimpo será definitivo. Ele disse que a atividade garimpeira na área tem causado a degradação do solo e subsolo, além de poluir as águas dos rios Santa Cruz, Jacaré e Candeias — este último um dos mais importantes de Porto Velho — onde são jogadas toneladas de lama e produtos químicos.

O desembargador Adilson Alencar, que foi o relator do processo que concluiu pelo fechamento definitivo do garimpo Bom Futuro, o maior na extração de cassiterita do País, revelou que "ali ocorre um crime ecológico, com graves reflexos sociais, econômicos e políticos".

O Ministério Público do Estado havia ingressado com mandado de segurança contra a decisão do juiz José Anastácio no Tribunal de Justiça. A Curadoria do Meio Ambiente se baseia num relatório da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Semaro), no qual constam os danos causado ao ecossistema. Com o garimpo fechado, alguns garimpeiros pediram, na Justiça, o efeito suspensivo ao recurso da Curadoria, com a consequente liberação dos "jigues" — equipamentos utilizados na lavagem da cassiterita.

## Ministério Público quer lei cumprida

Qualquer modificação na liminar concedida pelo juiz Novely Vilanova, da sétima vara da Justiça Federal, que determinou a retirada dos garimpeiros da área indígena dos Yanomami, de nove milhões de hectares, no Estado de Roraima, deve provocar recurso do Ministério Público. A informação é do procurador-geral da República, Aristides Junqueira. Segundo o procurador a decisão da Justiça foi tomada com base no estudo da Fundação Nacional do Índio (Funai) onde foi demonstrado que os índios necessitam daquela área para sobreviver.

Aristides Junqueira disse que a decisão é mutável e o Governo Federal pode recorrer, mas que a determinação do Ministério Público é fazer cumprir a liminar tal como ela foi expedida. "Vamos bater nisso até o fim e fazer com que nossas leis e a Constituinte sejam cumpridas", afirmou. O procurador acha que "a decisão judicial que determinou a retirada dos garimpeiros da área indígena deve ser cumprida". "Se o Poder Judiciário não tiver força para fazer cumprir suas decisões é o caos completo", alertou.

### RESPOSTA

A explicação por escrito dada pelo diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, sobre a atuação do DPF na retirada dos garimpeiros da reserva Yanomami, pode modificar a liminar da Justiça, que interditou nove milhões de hectares de áreas indígenas e da Floresta Nacional, em Roraima. Depois de entregar sua resposta ao diretor da secretaria da 7ª Vara, Marco Antônio Samarco, Tuma não quis falar à imprensa. "Cabe ao juiz comentar sobre o assunto", desconversou.

O juiz Novelly Vilanova, que concedeu a liminar em outubro do ano passado ressaltou que, seu substituto João Batista Coelho de Aguiar, pode agir de três modos: alterar a liminar sem ouvir o Ministério Público, modificar alguns termos do documento com ajuda do Ministério Público ou deixar que o titular resolva a questão. Segundo Novelly, nesse caso de ação cautelar o juiz responsável tem plenos poderes para mudar a decisão por conta própria.

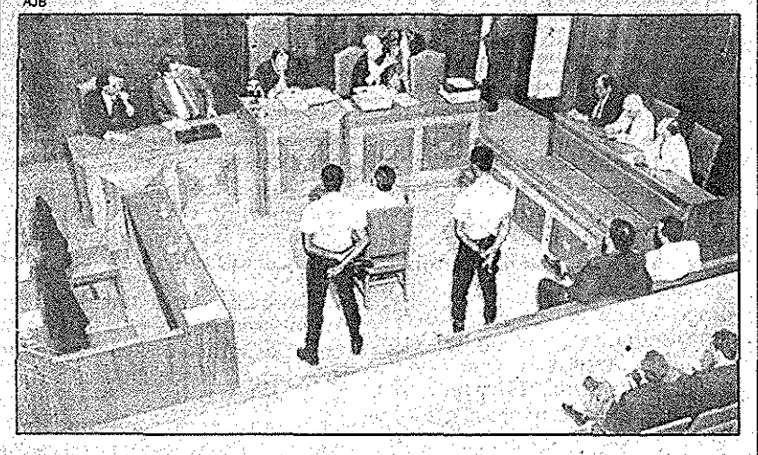
Tranquilo com relação à posição que tomou há quatro meses, Novelly considera que era a única saída para resolver os graves problemas envolvendo garimpeiros e índios em Roraima. "A atuação dos garimpo se tornou uma ofensa ao meio ambiente, causando situações de verdadeira promiscuidade para os grupos indígenas".

## Escunas são apreendidas em Salvador

**Salvador** — Dezenas de turistas brasileiros e estrangeiros deixaram de conhecer ontem as belezas das ilhas da Baía de Todos os Santos, porque a Capitania dos Portos retirou de tráfego, por falta de equipamentos de segurança, nada menos do que quatro escunas de empresas de turismo e uma das cinco lanchas que fazem a travessia Salvador-Mar Grande, na Ilha de Itaparica.

O capitão dos Portos da Bahia, Cláudio José da Mata, informou que apenas cumpriu um acordo celebrado em 29 de novembro com os donos das embarcações e responsáveis pelas empresas de turismo, para que todas as embarcações usadas no transporte normal de pasageiros ou em passeios turísticos, fossem equipadas com material de salva-vidas.

AJB



## *Paulo Sérgio: Sou inocente*

"Sou inocente e espero que a Justiça permita que eu prove minha inocência". Estas foram as únicas palavras proferidas pelo principal acusado do assassinato do empresário José Carlos Nogueira Diniz, ocorrido na madrugada do último dia 26, Paulo Sérgio Mollo Fonseca, diante do juiz César Augusto Leite, do 3° Tribunal do Júri, ontem pela manhã (foto). O advogado do réu, Jair Leite Pereira, disse que Paulo Sérgio agiu corretamente. Na parte da tarde, estavam previstos os depoimentos dos demais acusados do crime.